

Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

22 de Fevereiro de 2018

www.causafeito.pt

www.jorgecalvete.pt

Jorge Calvete



Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

1. Problemas desde a nomeação até à Assembleia de Credores;
2. Entropias e dificuldades, após Assembleia de Credores e antes da liquidação;
3. Venda de estabelecimento e envolvimento de todos os Stakeholder;
4. Liquidação tradicional: modalidade de venda, forma de promoção, articulação com credores garantidos e eficácia dos atos;
5. A importância da sentença de verificação e graduação de créditos;
6. Valerá a pena abordar a questão fiscal e a atuação da AT?

Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

1. Problemas desde a nomeação até à Assembleia de Credores



- Quantificar o passivo contabilístico e o passivo sob condição, e comparar com o valor da massa insolvente em cenário de liquidação, é uma das primeiras funções do AJ.
- Deve perceber se ainda existe potencial de reativar o negócio, construindo mentalmente um modelo económico que assente na venda de estabelecimento, de forma a não perder ativos intangíveis e potenciar o valor da massa insolvente, (em regra os ativos valem mais no local);
- Deve ainda evitar despedimentos de trabalhadores, nesta fase, não eliminando à partida o que a Assembleia de Credores pode determinar, como seja a apresentação de Plano, (suspensão de postos de trabalho);
- Terá que analisar os negócios em curso: eventuais entregas de produto acabado, contratos com clientes, CPCV's e antevisão de possíveis invocações de direitos de retenção, existências de riscos de execução de garantias bancárias, prever eventual necessidade de contratação de serviços e financiamentos à massa insolvente...;
- Transmitir confiança aos credores e mesmo à administração do devedor, garantindo que tudo está a ser feito na defesa dos interesses dos credores, pois o primeiro objetivo deste processo é satisfazer os seus direitos, e o papel do Administrador Judicial pode ser diferenciador.

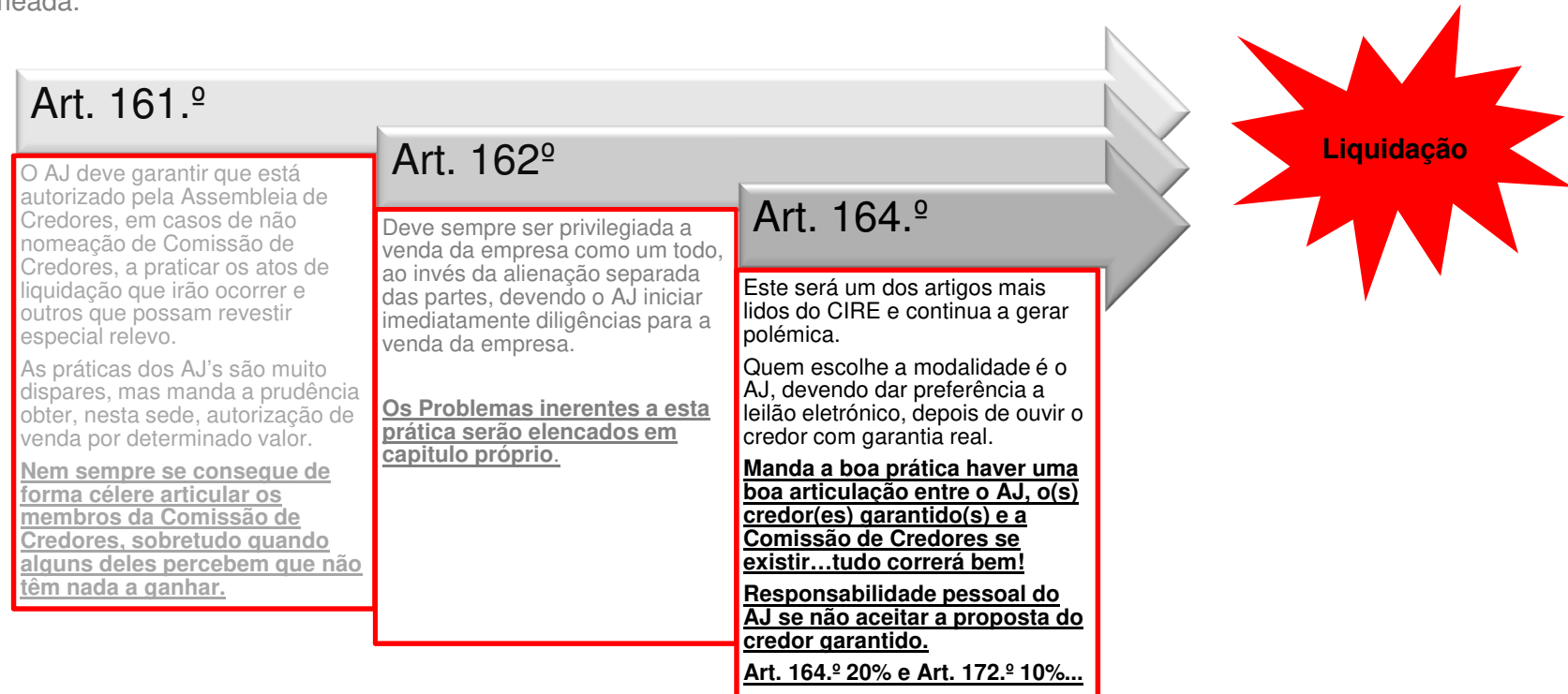
Mas para desenvolver, em cerca de 45 dias, este trabalho, deveria haver:

Acesso rápido a bases de dados, para consulta de bens propriedade da insolvente e histórico de eventuais transações em períodos anteriores;
Acesso imediato aos extratos dos movimentos bancários do devedor;
Contabilidade a refletir a realidade patrimonial;
Colaboração inequívoca do devedor;

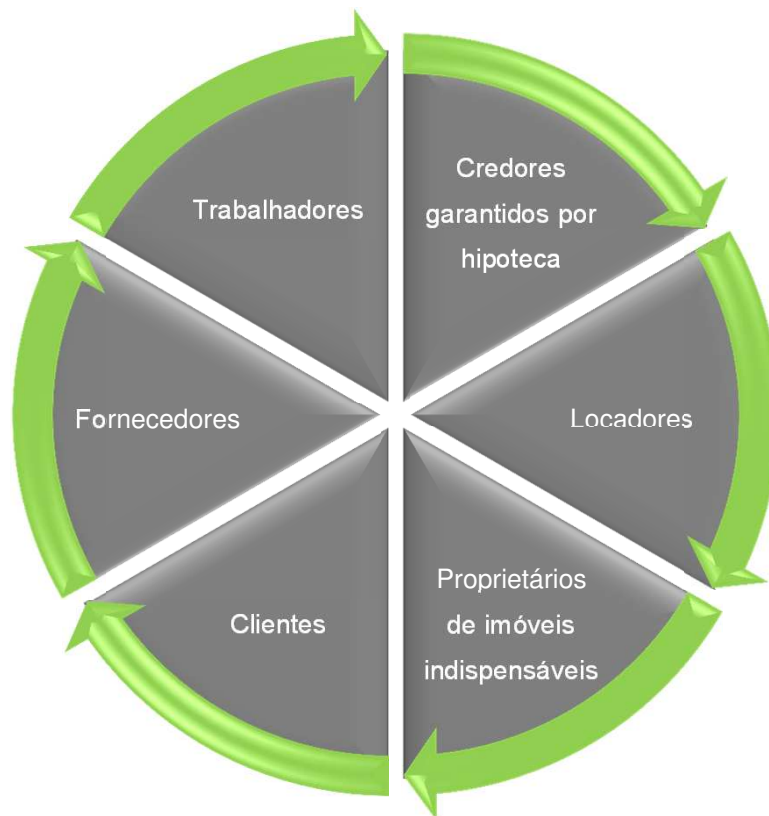
Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

2. Entropias e dificuldades, após Assembleia de Credores e antes da liquidação

O Administrador Judicial deve ter bem presente não só a necessidade como a importância da Comissão de Credores no desenvolvimento do processo, havendo casos em que é imprescindível, (tantas são as situações em que prevê que sejam necessárias as suas deliberações), e outros em que é completamente dispensável, tornando mesmo o processo mais célere se não for nomeada.



Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial



3. Venda de estabelecimento e envolvimento de todos os Stakeholders

“Deve o AJ iniciar imediatamente diligências para a alienação da empresa ou dos seus estabelecimentos”

Não aprofundando o conceito de “imediatamente”, deve haver uma intenção clara por parte do AJ de não dismantelar a unidade económica insolvente.

Mas como é que isso é possível?

Envolvendo todos os stakeholders, concretamente:

- a) **Trabalhadores:** apesar de haver completa inexistência de articulação da legislação laboral com o regime da insolvência, com muito boa vontade dos trabalhadores, e assumindo alguns riscos para a massa insolvente por parte do AJ, poderá haver suspensão de postos de trabalho e em caso de venda de estabelecimento, poderá não haver despedimentos nem pagamentos de indemnizações, (além dos próprios trabalhadores, os credores garantidos por hipoteca, em regra, também beneficiam).
- b) **Credores garantidos por hipoteca:** cumpridos os requisitos do Art. 161.º e 164.º, o valor mínimo de venda de imóvel indispensável, poderá ditar o sucesso ou insucesso deste procedimento... nem sempre é fácil!
- c) **Locadores:** ou cumprem-se os contratos de leasing, (menos provável), ou os locadores, após opção pelo não cumprimento, estão devidamente articulados com o AJ, para alienar os bens que agora lhe pertencem e que em regra, são indispensáveis, juntamente com os bens da massa insolvente. Difícil mas possível.
- d) **Os Proprietários de imóveis arrendados à insolvente** deverão ser parte da negociação e poderão ter direito de preferência.
- e) Poderá haver contratos valiosos com **clientes** que terão implicação positiva no valor de venda do estabelecimento, caso se consigam manter.
- f) Poderá haver **fornecedores**, por exemplo de aluguer de equipamentos ou de energia, que são fundamentais à manutenção do estabelecimento em funcionamento e também têm que fazer parte deste processo de alienação.

Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

4. Liquidação tradicional – Separação de bens e venda verba por verba

Modalidade de venda e forma de promoção:

- Compete ao AJ a escolha da modalidade de venda devendo optar por Leilão eletrônico, ou outra, justificadamente.
- Esta será uma das questões mais delicadas dos processos de liquidação de massas insolventes, tanto mais que entrou agora em vigor o tema do Leilão eletrônico...
- Mais importante que a escolha da modalidade é a garantia que os credores estão de acordo com a escolha feita pelo AJ e a transparência da venda está assegurada.
- Garantir divulgação pública da venda e igualdade de oportunidades a todos os investidores deverá ser uma prioridade.

Alinhamento perfeito com credores detentores de garantias reais:

- O AJ percebendo que no final o valor da venda de bens garantes, servirá para satisfazer os direitos de determinados credores, deverá estar, com esses, em perfeita sintonia.
- Deverá haver especial atenção aos credores que, ainda não estando reconhecidos como garantidos, poderão sê-lo por decisão judicial (ex. direitos de retenção), de forma a evitar incidentes processuais.
- O AJ não deve permitir que a liquidação se arraste indefinidamente, por não ser atingido o valor mínimo de venda, levando o credor garantido a adquirir.

Eficácia dos atos, Art. 163.º

- Preteridas pelo AJ, as formalidades legais da venda não existe fundamento para declarar a sua nulidade.
- Pode haver declaração de ineficácia, nos termos do Art. 163.º, em ação declarativa a instaurar pelos credores, reconhecendo que a violação das normas levou a manifesto desequilíbrio entre obrigações assumidas pelo AJ e as do adquirente.
- Não está afastada, bem pelo contrário, a responsabilidade do AJ responder perante danos causados à devedora ou aos credores.

Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

5. A importância da Sentença de gratificação e verificação de créditos

- a) Não pagamento a credores, que vêem o seu ressarcimento parcial depositado por tempo interminável;
- b) Impossibilidade, (ou não), de dispensa de pagamento, nas adjudicações efetuadas por credores garantidos;
- c) Imagem de completa ineficácia da liquidação em cenário de insolvência;
- d) Dificuldade de enquadramento deste modelo, com a realidade atual ao nível das transações de portfolios de crédito, com consequências negativas para a economia nacional.

6. Valerá a pena abordar o tema fiscal e a atuação da AT?



"Os árbitros têm de ser mais práticos e menos teóricos. Têm de ler menos livros e perceber mais de futebol."

Jorge Jesus

Processo de Insolvência e suas finalidades: A liquidação, (entropias e dificuldades), vista por Administrador Judicial

22 de Fevereiro de 2018

www.causafeito.pt

www.jorgecalvete.pt

Jorge Calvete

